

A. Carlos diz que Governo jogou vitória fora

— A vitória, a rigor, foi do povo. O Governo ajudou de todas as maneiras, no que pôde, através dos Ministros Delfim Neto, Murilo Badaró, Abi-Ackel, César Cals e tantos outros, a candidatura de Paulo Maluf — assevera o ex-Governador da Bahia, Antônio Carlos Magalhães, em longa análise que propõe conclusões surpreendentes e originais.

Assumindo a crítica frontal de que o governo perdeu a sucessão porque errou, não tendo um candidato na hora certa, Antônio Carlos assinala que "Maluf seria inviável mesmo se conseguisse vencer no Colégio Eleitoral" porque "é impossível eleger um Presidente da República, por via indireta, que representa a quase unânime rejeição nacional".

Traição

Durante duas horas, com várias interrupções para atender a longos telefonemas, o ex-Governador Antônio Carlos Magalhães prestou um depoimento político que abarca todo o processo sucessório, examina a candidatura de Tancredo Neves e projeta algumas especulações para o futuro.

A entrevista, numa clareza de franqueza, admitiu todas as perguntas:

— O Presidente João Figueiredo tem se queixado de que foi traído pelos dissidentes do PDS. O Sr se considera um traidor do Presidente?

— O Presidente Figueiredo pode ter queixas de outras pessoas. De mim, se tiver, são totalmente injustas, porque há mais de três anos acho do meu dever alertá-lo para os problemas que ele teria com a sucessão, principalmente se viesse a ser adotada a candidatura do Deputado Paulo Maluf. Sempre afirmei ao Presidente a inviabilidade de tal candidatura, reiterando que jamais apoiaria um nome que sabia repudiado pelo povo brasileiro. A última vez que renovei a minha determinação foi em julho, no seu sítio em Nogueira, (RJ) quando, inclusive, lhe pedi autorização para tornar pública a minha posição. Coincidente, neste mesmo dia, examinei com o Presidente a possibilidade de chegarmos à união nacional com Tancredo Neves. E devo declarar, a bem da verdade, que não encontrei de sua parte maior reação.

Antônio Carlos alonga-se num esclarecimento minucioso:

— Quem assim procede não está traído. Ao contrário, presta serviço ao Presidente e ao país. Os fatos posteriores só vieram a atestar que eu estava com a razão. Hoje quem ataca o Presidente não é a oposição e sim, usando os meios tão peculiares ao seu estilo, o Maluf. Pois com Paulo Maluf na Presidência é que haverá, por mais incrível que pareça, o revanchismo.

— Em diversas oportunidades e a várias pessoas, o Presidente manifestou a sua desaprovação à candidatura de Paulo Maluf. Ao Sr ele também afirmou que era contrário a Maluf?

— Entendo que as conversas que tive com o Presidente Figueiredo devem ser mantidas sob reserva. Mas essa opinião do Presidente tornou-se pública através de muitos depoimentos e eu não tenho por que negar que também dele ouvi a mesma coisa.

— Desde o ruidoso episódio de Salvador que não se fala mais em resistência militar à candidatura de Tancredo Neves. Ali realmente terminou a escalada dos pronunciamentos militares?

— O Ministro da Aeronáutica, Brigadeiro Délia Jardim de Mattos, já confessou, com muita nobreza, o seu erro no discurso de 4 de setembro e que foi uma provocação a todos os dissidentes da candidatura de Maluf.

— Quando fala em erro está se reportando a um equívoco na escolha do texto? Pois a versão é que o Ministro levou no bolso dois discursos e decidiu ler o mais duro...

— Acredito que sim. Que o Ministro optou pelo pior texto. A solenidade que se realizava no aeroporto de Salvador, com a festiva inauguração de obras e melhoramentos, não comportava um pronunciamento como foi feito. Reagi de acordo com o sentimento de todo o povo brasileiro, em particular do povo baiano, mais duramente atingido. Tenho a certeza de que a minha resposta representou o pensamento da quase totalidade das Forças Armadas que não desejavam participar do processo político mas, ao contrário, permanecer diante dos limites da missão constitucional. O mal acabou redundando num grande bem para o país e, principalmente para a candidatura de Tancredo Neves que já exprimia a aspiração do povo brasileiro.

Erros

— O ex-Governador da Bahia analisa os erros cometidos pelo Governo ao longo do processo sucessório:

— O primeiro grande erro foi não levar na devida conta os resultados das eleições diretas de 1982. Era o momento de ser constituído o Ministério para a sucessão. O próprio Tancredo Neves, uma vez da oposição, antes de tomar posse no Governo de Minas, sustentou que o resultado eleitoral recomendava modificações na área econômica e, principalmente a reforma do Ministério para que ele exprimisse a realidade política definida pelas urnas. O segundo grave erro foi o Presidente Figueiredo abdicar, a 28 de dezembro do ano passado, do comando do processo sucessório. Ora, já se podia prever que, sem a presença do Governo, o PDS jamais encontraria um caminho de união para chegar à vitória.

— Nunca foi identificado o candidato das preferências do Presidente Figueiredo. O Sr, que conversava sobre política com frequência com o Presidente, poderia ajudar a desvendar esse mistério. Quem era o candidato do Presidente? Ele próprio?

— Não, não era. Acredito que o Presidente nunca tenha demonstrado o desejo de permanecer no Governo além de 15 de março de 85. Até proque o mandato de seis anos é muito desgastante para quem o exerce e é mesmo surpreendente que o Presidente, após tantos anos no Governo, ainda desfrute de popularidade. Outro erro sério: o Presidente deveria ter conversado com as lideranças políticas e se fixado num nome. Mas, todos os nomes que surgiram não obtiveram o seu apoio. E mais, eram criados de restrições. Como foi o caso de Aureliano Chaves, de Mário Andreazza e, em tempos recuado, de Paulo Maluf.

A Andreazza também?

— Havia sim. Andreazza não contou com o apoio do Governo. E as provas mais evidentes disso podem ser identificadas na atuação do Ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel, que sempre fez questão de hostilizar, numa empreitada além de suas forças, o Ministro Leitão de Abreu e procurou, por todos os meios, dificultar todos os passos de Andreazza. O Governo errou porque não teve candidato na hora certa. Mas, de qualquer modo, esse erro foi benéfico porque, ao final, ele vai resultar na eleição de Tancredo Neves, tal como deseja a maioria do povo. Pela via indireta vai ser eleito o candidato que seria o preferido da direita.



“O primeiro erro foi não ter reformado o Ministério em 1982”

Acha que o Governo foi derrotado na sucessão?

— O Governo errou em não fortalecer a candidatura do Ministro Mário Andreazza na Convenção do PDS. E depois ficou tão evidente a vontade do povo que, na fase da eleição pelo Colégio Eleitoral, o Governo não está criando qualquer obstáculo à candidatura de Tancredo Neves.

— Considera, portanto, um exagero afirmar que o Governo foi derrotado duas vezes, na Convenção do PDS e no Colégio Eleitoral?

— A vitória, a rigor, foi do povo. O Governo ajudou de todas as maneiras, como pôde, através dos Ministros Delfim Neto, Murilo Badaró, César Cals, Abi Ackel e outros, à candidatura de Paulo Maluf. Cometeu um grave erro — mais um —, pois Maluf seria inviável mesmo que conseguisse vencer no Colégio Eleitoral. É impossível eleger um Presidente da República, por via indireta, que representa a quase unânime rejeição popular. Faltou sensibilidade ao Governo e aos dirigentes do PDS para sentir aquilo que era tão evidente.

— Parece que lamenta a implosão do PDS. Vai permanecer no Partido? Por que não briga pela sigla?

— A implosão do PDS passou a ser indispensável na medida em que o partido permaneça controlado pelos que estão sendo repudiados pela opinião pública. Ou seja, os malufistas. Se os malufistas não forem afastados, o PDS não sobreviverá nem mesmo um simulacro de partido. A sigla será anatematizada como foi o candidato. Não posso afirmar que vou ficar no PDS pois ainda não sei se a fragorosa derrota a 15 de janeiro será suficiente para afastar os desagregadores do partido. Por outro lado, existe um compromisso do futuro Presidente da República de promover uma ampla reformulação partidária que está sendo aguardada com ansiedade não só pelos políticos mas, também, pelo povo. A reformulação deverá permitir que cada um ocupe o

seu devido lugar, imprimindo ao quadro partidário a legitimidade que, infelizmente, não teve até agora. A verdade é que os partidos representam agrupamentos heterogêneos.

Por que não entrou para o Partido da Frente Liberal?

— Embora tenha grandes afinidades com os membros da Frente Liberal entendo que não se esperou o tempo certo para o lançamento do partido. De minha parte, tenho que ver o quadro nacional e o baiano, levando em conta os contatos que o Governador João Durval manterá com o futuro Presidente da República.

— Logo depois da posse do futuro Presidente, começará a articulação sucessória nos Estados. As alterações do quadro baiano terão consequência na composição de forças para a sucessão do Estado?

— Infelizmente, pela própria natureza do fato político, as articulações sucessórias vão se antecipar em muitos estados, prejudicando os primeiros passos do Governo de Tancredo Neves. Penso que deveria ser evitado qualquer ação de cunho em relação às sucessões estaduais. Entretanto, nem sempre o que se deseja, acontece. Os fatos são mais fortes que a vontade dos políticos. No caso baiano em especial, os seus desdobramentos levarão em conta a posição do Presidente da República e do Governador. As coligações não são descartáveis. No entanto, terão de ser trabalhadas porque as raízes partidárias no interior são muito fortes. Esses são problemas que o tempo se incumbirá de resolver ou de agravar.

— Os compromissos do candidato Tancredo Neves são essencialmente políticos. Como imagina que serão cumpridos? Como será o calendário político de 85 e de 86?

— O Presidente Tancredo Neves vai encontrar um quadro econômico-social muito mais difícil que o quadro político. Ajudá-lo, não criando problemas pelo menos no primeiro ano de seu Governo, é um dever de todos que têm uma parcela de liderança no processo. Assim, Constituinte em 85, dentro da minha ótica, é um absurdo. Até porque vai se mobilizar a opinião pública para uma coisa que não tem a menor viabilidade. Nem querendo, há como convocar uma Constituinte para 85. Seria uma subversão de toda a ordem jurídica e, sobretudo, do bom senso. E ainda mais que Tancredo Neves já prometeu a Constituição para 86.

— E a eleição, em 85, para prefeito das capitais e dos municípios das áreas de segurança nacional?

— Eleições para prefeito dos municípios das áreas de segurança nacional acho que são viáveis para 85. Agora, eleição para prefeito das capitais, faltando um ano para o término dos mandatos de governadores que nomearam os atuais prefeitos, não tem sentido. Nas capitais, as eleições para prefeito deverão ser coincidentes, em 86, com a de governadores, senadores, deputados federais, deputados estaduais e vereadores.

— Pela sua sensibilidade, quais serão os critérios que devem presidir a composição do Ministério de Tancredo Neves?

— O Presidente Tancredo Neves já declarou que formará o Ministério com aqueles que ajudaram a sua eleição. Dentro de tal critério, certamente procurará as pessoas com notória capacidade para o exercício das funções e que gozem da sua confiança e, tanto quanto possível, da confiança do povo. Será, basicamente, um Ministério político.

— O Ministério não será necessariamente reformulado para ajustar-se aos resultados das eleições de 86?

— Nas democracias todas as eleições geram, naturalmente, consequências. Um Presidente político não se apega aos auxiliares que não estão cumprindo com suas tarefas. Devo observar, entretanto, que Tancredo não falou com ninguém sobre o Ministério de 85, quanto mais sobre o de 86....

Quem vai fazer oposição a Tancredo Neves?

— A demagogia. Aqueles que não querem que o país encontre mais rapidamente as soluções para os seus problemas e preferem manipular parte da opinião pública para criar dificuldades ao Governo. Como num círculo vicioso, isso criará maiores dificuldades para o próprio povo. Nada de radicalismos.

— O ciclo revolucionário se encerra a 15 de março de 85, com a posse do futuro Presidente da República. Acha que termina na hora certa, cedo ou tarde demais?

— A Revolução de 64, com os seus acertos e erros, termina realmente a 15 de março, com a posse de Tancredo Neves. Entendo que coube ao Presidente Ernesto Geisel iniciar um processo de abertura que deveria ter começado antes. De qualquer sorte, o importante é que o seu desfecho vai representar, mesmo contra o desejo de alguns radicais, a vontade popular. A Revolução vai fechar o seu ciclo com um civil na Presidência, tal como sonhou o primeiro Presidente revolucionário, Marechal Castelo Branco. E um civil militante da oposição mas que nunca radicalizou posições. O resto é com a história.